

“NÃO SE PODE GUARDAR EM ALGODÃO, NEM EMBALAR EM SEDA”: EXPERIÊNCIAS DE JORNALISTAS SÁMI NA COBERTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Svea Vikander

University of the Basque Country, Bilbao, Espanha

RESUMO

Este artigo analisa as experiências internas de jornalistas indígenas sámi ao reportarem sobre violência sexual na sua terra natal, Sápmi, uma região que abrange as áreas do Norte da Noruega, da Suécia e da Finlândia, bem como a Península de Kola, na Rússia. Com base em entrevistas a nove jornalistas sámi e na análise de 30 artigos de publicações noticiosas sámi, o estudo identifica os desafios que enfrentam no exercício da atividade jornalística. Estes desafios incluem experiências de ambientes de trabalho hostis e um desconforto profundo, quase indescritível, perante a possibilidade de encontrar os sujeitos das suas reportagens em “arenas” não profissionais (Clarke et al., 2018), como supermercados ou casamentos. Recorrendo à análise situacional, o estudo explora de que forma estes desafios são também de natureza relacional, inseridos em mundos sociais em constante interação. Embora não tenham sido explicitamente questionadas sobre as suas próprias experiências de assédio, cinco das seis jornalistas sámi relataram ter sido alvo de assédio sexual no local de trabalho, referindo algumas que tal teve impacto na sua cobertura da violência sexual. Algumas dessas participantes afirmaram que os incidentes não as afetaram, enquanto outras descreveram impactos negativos duradouros na sua autoestima e tentativas recentes para discutir as suas experiências com colegas jornalistas. Os resultados apontam para a necessidade de uma maior atenção académica às complexas dimensões internas e relacionais da vida profissional dos jornalistas indígenas.

PALAVRAS-CHAVE

sámi, jornalismo sobre violência sexual, experiência, jornalismo indígena

“YOU CAN’T PUT IT IN COTTON, CAN’T PACK IT IN SILK”: SÁMI JOURNALISTS’ EXPERIENCES OF REPORTING ON SEXUAL VIOLENCE

ABSTRACT

This article examines the internal experiences of Indigenous Sámi journalists reporting on sexual violence in their homeland of Sápmi, a region spanning the Northern areas of Norway, Sweden, and Finland, and the Kola Peninsula of Russia. Drawing on interviews with nine Sámi journalists and an analysis of 30 articles from Sámi news publications, the study identifies the challenges they face in their reporting. These include their experiences of hostile work environments and a deep, almost indescribable discomfort at the prospect of encountering the subjects of their reporting in non-professional “arenas” (Clarke et al., 2018) such as grocery stores or weddings. Using situational analysis, the study explores how these challenges are also relational, situated within interacting social worlds. Although they were not explicitly asked about their own experiences of harassment, five out of six female Sámi journalists shared that they had been sexually harassed at work, some saying that this impacted their sexual violence reporting. Some of those

participants felt the incidents had not affected them, while others described longstanding negative impacts on their self-esteem and recent efforts to discuss their experiences with fellow journalists. The findings point to a need for scholarly attention to the complex internal and relational lives of Indigenous journalists.

KEYWORDS

Sámi, journalism on sexual violence, experience, Indigenous journalism

1. INTRODUÇÃO

Os estudos de mídia marcaram a sua “viragem afetiva” há 20 anos (Clough & Halley, 2007), mas só mais recentemente começaram a explorar a emoção dos jornalistas (Kotišová, 2019; Wahl-Jorgensen, 2020). Kotišová (2025) considera a emoção no jornalismo como um conjunto de sensações físicas e cognições mentais que impulsionam o corpo humano à ação. Outros autores, como Archetti (2022), defendem uma compreensão mais ampla da subjetividade jornalística, propondo metodologias que estudem de forma abrangente a corporificação, sentimentos e perspectivas dos jornalistas. Como argumenta Meijer (2020), compreender a experiência jornalística exige atenção às “dimensões emocionais, interacionais, tecnológicas, hápticas, práticas, corporificadas, materiais e sensoriais” (p. 399).

Esta literatura emergente mantém-se centrada principalmente em jornalistas de contextos, na sua maioria, ocidentais. Estudos sobre jornalistas indígenas e do Sul Global podem priorizar pressões externas urgentes, como ameaças à liberdade de expressão, segurança física e interferência política (e.g., Gonzalez, 2020; Hu, 2023), em vez de investigarem os jornalistas como sujeitos. Tal negligência reflete uma lacuna mais ampla na investigação em jornalismo, onde se desconsidera de que modo a marginalização estrutural, os contextos culturais e coloniais moldam o jornalismo e as suas práticas (Mutsvairo et al., 2021).

Os estudos também se têm centrado nas emoções e experiências corporizadas dos jornalistas como fenómenos individuais, numa subjetividade singular (Archetti, 2022; Meijer, 2020), em vez de as considerarem como inter-relacionadas e criadas ou vividas coletivamente. Os aspetos relacionais da emoção têm sido abordados pela psicologia ocidental através do conceito de “contágio emocional” (e.g., Hatfield et al., 1992), mas existem diferenças culturais fundamentais na experiência qualitativa que não se enquadram facilmente nas definições ocidentais de emoção, mesmo quando consideradas coletivamente (Kikutani et al., 2024; Parkinson, 1996). Por exemplo, conceitos como o “mau-olhado” (Türkarslan & Kozak, 2025), a “simbiose entre mãe e bebé” (Gowland & Halcrow, 2019) e a “necessidade de salvar a face” (Han, 2016). Ao investigar jornalistas indígenas e provenientes do Sul Global, é essencial estudar não só a emoção enquanto fenómeno observado, mas também a partir de uma posição de questionamento aberto e genuíno sobre as experiências culturais e relacionais do jornalista.

Este estudo começa a colmatar estas lacunas, ao documentar as experiências internas de jornalistas sámi que reportaram sobre violência sexual em Sápmi, o seu território

tradicional, que abrange o extremo norte da Noruega, Suécia, Finlândia e a Península de Kola, na Rússia. As suas experiências são contextualizadas por resultados da análise de 30 artigos sobre violência sexual, publicados nos média sámi entre 2015 e 2020. O termo “experiência interna” descreve resultados que abrangem não só a emoção, mas também o raciocínio moral das jornalistas, os valores culturais, a consciência política (incluindo dinâmicas coloniais), o compromisso com códigos profissionais e as respostas incorporadas ao seu trabalho. A análise situacional (Clarke et al., 2018) é utilizada para examinar como tais realidades podem ser construídas coletivamente, através das interações de múltiplos mundos sociais.

Há alguma evidência de que as culturas sámi possuem filosofias de experiência não ocidentais (Sombly, 2016). Por exemplo, as expectativas sámi de que os membros da comunidade *ieš birget* (se autogerem ou se autorregulam) influenciam de forma decisiva as discussões sobre saúde mental (Stoor et al., 2019). Para além de se utilizar o termo abrangente “experiência interna”, evita-se expressões como “trauma” e “emoção”, para dar primazia às próprias descrições dos jornalistas sámi sobre as suas realidades e preservar as complexidades que partilham.

Como envolve a negociação de múltiplas subjetividades frequentemente em tensão, a cobertura da violência sexual constitui um terreno fértil para o estudo da experiência jornalística. Os valores culturais, a ética e a posição social do jornalista coexistem — e podem entrar em conflito — com as rotinas profissionais e os requisitos institucionais. A experiência deste potencial conflito foi o foco deste estudo desde o início. No entanto, mais de metade dos jornalistas incluídos neste estudo partilhou também as suas próprias experiências de assédio sexual e discriminação no local de trabalho. Descrever a experiência dos jornalistas é talvez o achado mais importante deste estudo. Para além de outras tensões no seu trabalho, os jornalistas afirmaram que a discriminação contínua afetava a sua autoconfiança, assim como a sua forma de reportar a violência sexual. A investigação baseia-se na literatura existente em três áreas: violência sexual em Sápmi; reportagem sobre violência sexual; e desafios relacionais no jornalismo indígena.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. VIOLÊNCIA SEXUAL EM SÁPMI

A violência sexual é uma preocupação global, mas em Sápmi ocorre num ponto de intersecção delicado entre história colonial, normas culturais e isolamento geográfico e linguístico. Conhecidos pelas suas ocupações tradicionais de pastoreio de renas e pesca, os povos sámi constituem uma minoria vocal e politicamente ativa em quatro estados coloniais (Plaut, 2014). A maioria dos jornalistas sámi que reporta sobre violência sexual atua em comunidades remotas do Ártico e subártico. As suas fontes podem ser colegas de escola, primos, antigos empregadores ou conhecidos. Como todos os profissionais, trabalham sob normas e padrões éticos estabelecidos. Mas, enquanto indivíduos, movem-se entre múltiplos papéis no tecido estreitamente interligado da vida social sámi.

Os média sámi são produzidos num contexto colonial, que inclui violência de género. O estudo SAMINOR 2 (Eriksen et al., 2015) analisou 11.296 residentes noruegueses, dos quais aproximadamente 20% se identificaram como sámi. Usando o Questionário de Abuso NorVold (Swahnberg & Wijma, 2003), o estudo SAMINOR 2 constatou que as mulheres sámi têm o dobro da probabilidade de relatar terem sido alvo de violência (emocional, física ou sexual, 49%), em comparação com os homens noruegueses (23,2%), e mais do que as mulheres norueguesas (34,7%). Relativamente à violência sexual, 21,8% das mulheres sámi relataram ter sido vítimas, por comparação com 15,6% das mulheres norueguesas, 5% dos homens sámi e 4,1% dos homens noruegueses¹. Num país que defende a igualdade de género, as mulheres sámi têm cinco vezes mais probabilidade de relatar violência sexual do que os homens noruegueses.

Foram apresentadas várias razões para as elevadas taxas de violência sexual. A vergonha, resultante da opressão histórica, pode facilitar a violência sexual ao fomentar ódio internalizado nas comunidades sámi (Jensen, 2019). Kuokkanen (2015), no entanto, alerta que os perpetradores sámi devem ser responsabilizados como indivíduos com agência, mesmo perante injustiças coloniais. A relutância em discutir o tema, devido às crenças em *ieš birget* (Stoor et al., 2019), normas de privacidade (Bongo, 2012) e receio de confirmar estereótipos da cultura maioritária — homens sámi como bêbados e violentos, mulheres sámi como promíscuas e desprotegidas —, pode também permitir que os perpetradores escapem à responsabilização.

2.2. COBERTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A investigação demonstra que a qualidade da cobertura da violência sexual melhorou, de modo geral, nos contextos de maioria escandinava desde o movimento #MeToo, ganhando maior destaque na imprensa sueca (Nordlund & Algurén, 2020) e aparecendo com mais frequência nos comentários culturais dinamarqueses (Hartley & Askanius, 2020). No entanto, a maioria dos média noruegueses, embora não tão saturada de mitos sobre violação como o Reino Unido ou os Estados Unidos (Kunst et al., 2018; Risbakken, 2018), tem sido mais lenta a envolver-se com os discursos sobre violência sexual (Storøy Elnan, 2019), concentrando-se em questões do #MeToo relacionadas com o local de trabalho, em detrimento de comentários culturais mais abrangentes (Vedvik, 2022). Não se sabe ainda como isto poderá afetar os média sámi dentro destes estados coloniais. Num editorial do jornal sámi *Ságat*, de 2 de junho de 2018, os editores criticaram a ausência de histórias #MeToo, afirmando que “os sámi não partilham histórias. Porquê?”.

A investigação existente sugere que cobrir violência sexual é emocionalmente desafiante. Os jornalistas descrevem a tensão que é encontrar fontes e apoiá-las e protegê-las, assim como o receio de represálias profissionais ou sociais (Hewa, 2024). A jornalista ojibwe Mary Anette Pember, que cobre violência sexual no *Indian Country Today*, afirma que a cobertura de histórias de violência sexual indígena a obriga a lidar com material que é “decididamente confuso e profundamente humano” (Byrd, 2019, para. 3).

¹ Enquanto o Questionário de Abuso NorVold classifica a violência sexual numa escala de leve — coerção sem contacto genital — a grave — penetração —, não foram fornecidas informações sobre os níveis de gravidade relatados.

O contacto direto com imagens de abuso sexual, narrativas e cenas de crime pode ser difícil para os jornalistas (Rentschler, 2010).

No entanto, há mais do que um tipo de contacto direto. Esta é uma experiência jornalística frequentemente negligenciada na literatura, talvez porque o seu estudo admitiria que, segundo Deuze e Glitsos (2024), os jornalistas têm corpos. Os jornalistas que reportam sobre violência sexual podem ser, eles próprios, sobreviventes dessa mesma violência (Hewa, 2024). A mudança nos estilos de cobertura torna isto mais comum. Enquanto, anteriormente, histórias sobre violência sexual eram dominadas pela cobertura judicial (predominantemente por repórteres homens), a maioria dos jornalistas que atualmente cobrem violência sexual são mulheres (Benedictis et al., 2019). Hewa (2024) observa que jornalistas mulheres sobreviventes de violência sexual por vezes absterem-se de cobrir este tema, receando que seja perturbador ou que não recebam apoio adequado dos editores. Essa abstenção é uma questão de liberdade de expressão, não só para a jornalista enquanto pessoa e profissional, mas também para a sociedade em geral.

Embora a literatura sobre as experiências de jornalistas na cobertura de abuso sexual seja escassa, os estudos apontam para uma convergência de pressões para jornalistas que trabalham nesta área. Apesar da crescente consciencialização sobre emoção, trauma e assédio online, pouco se sabe sobre como estes desafios se manifestam para jornalistas indígenas.

2.3. DESAFIOS RELACIONAIS NO JORNALISMO INDÍGENA

Não existe literatura que problematize especificamente as experiências internas dos jornalistas sámi, mas o trabalho emocional (o esforço de gerir as próprias emoções; Hochschild, 1979) é frequentemente mais exigente para jornalistas indígenas (Patrick et al., 2024), especialmente quando trabalham em contextos de maioria (e.g., Kae, 2023). Existem desafios particulares enfrentados por jornalistas indígenas que trabalham em sistemas de jornalismo indígena. Estes incluem a necessidade de desempenhar um papel de vigilância, monitorizando tanto instituições indígenas como instituições da maioria (Hanusch, 2013; Skogerbø, 2001); as responsabilidades associadas a critérios internos da comunidade (Tuhiwai Smith, 2012); e o esforço de conciliar normas culturais divergentes das normas da redação (Thomas, 2024).

Plaut (2014) constatou que jornalistas sámi sentiam-se obrigados a ser especialmente críticos em relação às suas próprias instituições para as "fortalecer" (p. 88) e mantê-las viáveis, estando simultaneamente conscientes de que notícias críticas poderiam ser indevidamente interpretadas ou difundidas pela imprensa norueguesa (Ijäs, 2012). Os jornalistas sámi relatam estar cientes dos estereótipos sobre o povo sámi na cultura majoritária norueguesa e dos efeitos negativos que estes causam (Ijäs, 2012). Confirmá-los inadvertidamente poderia ser, nas palavras de um jornalista citado por Plaut (2014), "como cuspir no próprio prato" (p. 88).

Os jornalistas sámi aportam uma experiência vivida valiosa para o seu trabalho. Contudo, essa experiência também os torna conscientes das implicações emocionais de perturbar a família, violar tabus culturais profundamente enraizados ou ser percecionados como injustos (Cottle, 2000; Markelin & Husband, 2013). Tuhiwai Smith (2012)

introduziu o termo “critérios internos” para descrever tais obrigações, observando que os investigadores indígenas eram mais criticados pelas suas próprias comunidades do que por elementos externos. A crítica de membros da própria comunidade pode ser profundamente dolorosa, uma vez que, tal como a maioria dos jornalistas em áreas rurais (Bowd, 2005; Císařová, 2017), jornalistas indígenas sentem-se muitas vezes intimamente ligados à sua comunidade local (van Rjiswijk, 2020). Mesmo quando o conteúdo se assemelha ao jornalismo convencional, os riscos relacionais no jornalismo indígena são frequentemente muito mais elevados.

Os jornalistas devem conformar-se às normas da sua redação, bem como às normas culturais onde os média operam (Mellado & Mothes, 2020). O esforço de conciliar algumas abordagens indígenas com os padrões jornalísticos da maioria tem sido documentado (e.g., Thomas, 2024), embora se saiba menos sobre a possibilidade de conflitos semelhantes nos sistemas de média indígenas. Deuze e Glitsos (2024) concluem que tais disputas levam o jornalista a sentir uma diminuição do sentido de agência, o que associam ao consumo de substâncias e à assunção de riscos. Os jornalistas indígenas enfrentam um conjunto de potenciais fatores de tensão relacional no seu trabalho, à medida que equilibram as suas responsabilidades para com as suas nações, comunidades e profissão.

3. MÉTODOS DO ESTUDO

Dada a sensibilidade do tema e a posição da investigadora como elemento externo à comunidade sámi de Guovdageaidnu (Kautokeino), optou-se por uma metodologia capaz de gerar dados ricos e densos, permitindo aos participantes articularem as suas próprias experiências. Enquanto teoria pós-estruturalista, que reconhece os múltiplos grupos aos quais cada indivíduo pertence, a teoria dos mundos/arenas sociais (Clarke et al., 2018) é particularmente adequada para concetualizar as experiências multifacetadas de pessoas que navegam entre filiações clínicas, vidas profissionais e interações com estruturas coloniais, movendo-se entre diversos mundos sociais no decurso do seu quotidiano. Enquanto metodologia centrada no conflito, a análise situacional (Clarke et al., 2018) permite igualmente captar perspetivas sobre tensões contínuas e mudanças por vezes rápidas vividas por sociedades indígenas.

A teoria dos mundos/arenas sociais desenvolveu-se a partir de evoluções posteriores da teoria fundamentada, tal como estabelecida por Glaser e Strauss (1980; Clarke et al., 2018). Utilizando a cartografia como metáfora e como técnica de análise, a investigadora constrói uma compreensão de uma “situação” (geralmente um ponto de conflito ou mudança cultural) através da elaboração de “mapas” esquemáticos desenhados à mão. Estes mapas representam a forma como os “mundos sociais” — não espaços físicos, mas grupos de pessoas ou retóricas com objetivos alinhados — interagem e negociam o conflito. Os mundos sociais encontram-se em “arenas” (espaços físicos e mediáticos) onde “negociam, colaboram, enfrentam outros grupos e procuram autoridade, legitimidade social e poder para alcançar os seus objetivos” (Clarke et al., 2018, p. 150). Os indivíduos pertencem normalmente a mais do que um mundo social, e esses mundos podem ter finalidades distintas em diferentes arenas.

4. DESENHO DO ESTUDO

Recorrendo a três órgãos de comunicação social (o jornal em língua sámi *Ávvir* e a NRK Sápmi; e o jornal em norueguês *Ságat*), foram selecionados 30 artigos publicados ao longo de cinco anos, de 2015 a 2020. Os termos de pesquisa incluíram “seksuel” e “seksuála” (sexual); “overgrep” (abuso) e “loavkašuhtti” (abusivo ou insultuoso); bem como termos relacionados com o movimento #MeToo. Um total de 26 autores distintos contribuíram para os artigos; 10 foram escritos na primeira metade de 2018, refletindo um caso de assédio sexual de grande repercussão em Guovdageaidnu e o auge do movimento #MeToo, em outubro de 2017. Todos os artigos foram submetidos a tradução automática para inglês, verificados por falantes nativos da língua original e codificados no NVivo. Após a tradução, a extensão dos textos variou entre 396 e 1.698 palavras, com uma média de 842 palavras.

Os jornalistas sámi que anteriormente tinham reportado sobre violência sexual foram identificados através de pesquisas nos arquivos do *Ávvir*, NRK Sápmi e *Ságat*, bem como pelo método de bola de neve. Foram realizadas nove entrevistas online semiestruturadas, com duração de 30 a 90 minutos, entre janeiro e abril de 2020. Seis participantes eram do sexo feminino e três do sexo masculino; a experiência em jornalismo variava entre dois e 36 anos. Todos os participantes se identificaram como sámi e tinham escrito sobre violência sexual em Sápmi. Todos, à exceção de um, falavam uma língua sámi, e todos, à exceção de um, residiam atualmente em Sápmi. Dada a pequena dimensão do panorama mediático sámi, a sensibilidade do tema e os múltiplos estudos já publicados a partir desta amostra, a anonimização dos participantes é assegurada pela omissão de detalhes adicionais, como idade, região ou local de trabalho.

Viver “com” os dados (questionando-os, refletindo sobre eles e reformulando-os através da codificação, categorização e elaboração de notas) é uma parte essencial da teoria fundamentada (Charmaz, 2006). O envolvimento físico com os dados por meios espaço-visuais (Clarke et al., 2018) permite compreender melhor a composição, os objetivos e as interações dos mundos sociais. Estes são processos iterativos que começam antes da recolha de dados junto dos participantes ou fontes, à medida que a investigadora cria um “mapa situacional confuso” (Clarke et al., 2018) dos mundos sociais e dos discursos que se acredita estarem em curso na situação.

O primeiro “mapa situacional confuso” sobre a cobertura da violência sexual no jornalismo sámi foi criado em março de 2020 (Apêndice A, Figura A1). Ao longo de um ano, foi revisto e refinado, à medida que a compreensão das complexidades da situação se aprofundava e a recolha e codificação de dados avançava. Foram gerados cerca de 300 códigos, a partir das transcrições das entrevistas e dos textos dos artigos. Para os agrupar em temas gerais, foram aplicados diversos métodos, incluindo a função “explorar” do NVivo e a criação de um “mapa situacional abstrato” (Clarke et al., 2018).

O mapa situacional abstrato inclui categorias, como elementos e atores humanos e não humanos (por exemplo, jornalistas sámi que escreveram sobre violência sexual e sobreviventes de violência sexual; o jornal *Ságat*), construções discursivas (por exemplo, estereótipos dos sámi como bêbados e violentos; dar nomes abreviados a alegações de violência sexual, como se fossem acontecimentos isolados), elementos políticos/

económicos (por exemplo, o Parlamento sámi; potenciais consequências financeiras ao discutir violência sexual) e elementos socioculturais/simbólicos (por exemplo, plataformas e grupos de redes sociais sámi). Este mapa ajudou a revelar lacunas de conhecimento sobre a situação, como a possibilidade de jornalistas e editores pertencerem a mundos sociais distintos nesse contexto.

A análise situacional oferece também uma metodologia para revelar posições (perspetivas) não explicitamente expressas nos discursos: os “mapas de localização” (Clarke et al., 2018), nos quais a investigadora posiciona os mundos sociais ao longo de eixos que indicam a adesão a uma posição retórica. Esta metodologia ajudou a identificar e nomear as posições implícitas dos mundos sociais, como as suposições subjacentes às exortações das instituições sámi para que as vítimas “falassem” ou “quebrassem o silêncio” (Apêndice B, Figura B1).

O “mapa relacional” (Clarke et al., 2018), que detalha como cada mundo social se relaciona com os demais na situação, foi o contributo mais relevante para a visualização dos dados. À medida que a recolha de dados progredia, tornou-se evidente que os jornalistas não se limitavam a relatar as suas experiências na cobertura de violência sexual, mas também as suas próprias experiências de violência sexual. Isso significava que os tópicos abordados nas entrevistas eram complementares, embora, por vezes, se sobrepussem aos dos artigos noticiosos. Para abranger uma maior variedade de perspetivas, os mapas relacionais foram criados separadamente a partir dos artigos e das entrevistas, sendo depois combinados num esquema mais completo da situação. Ambos os mapas forneceram informações detalhadas e relevantes sobre as dinâmicas de poder em jogo na situação. Ao mapear as relações entre os mundos sociais das jornalistas sámi vítimas de assédio no local de trabalho (JSV) e os editores sámi relativamente às experiências de violência sexual das jornalistas, uma nota de pesquisa indicou que:

JSV (...) encontram-se numa posição de submissão face aos editores, trazendo-lhes as suas experiências ou suprimindo-as. Procuram orientação junto dos editores e, por vezes, medidas disciplinares [para os perpetradores]. Por vezes, falam mais tarde com outras JSV e concluem que o editor agiu inadequadamente. Os editores encontram-se numa posição de autoridade (...), podendo decidir quais as atribuições dadas [às JSV]. Os editores não conseguem controlar o comportamento dos homens do público que assediam as jornalistas. Os próprios editores podem estar a assediar as jornalistas.

O mapeamento das relações observadas entre os mundos sociais esclareceu como as mulheres jornalistas sámi (posteriormente agrupadas apenas como “jornalistas sámi”, quando dois entrevistados do sexo masculino narraram as suas experiências) procuraram afirmar a sua autonomia após situações de assédio. Revelou também os múltiplos mundos sociais incorporados em outros maiores, como “editores que assediam ou ignoram o assédio às jornalistas”, dentro da categoria mais ampla de “editores sámi”.

Na situação de produção de notícias sámi sobre violência sexual, os mundos sociais incluem jornalistas e editores, defensores da tradição, promotores de mudança cultural, forças de segurança e várias posições retóricas. As arenas em que se encontram incluem

o Parlamento sámi e a Universidade Sámi de Ciências Aplicadas, bem como os espaços físicos e online providenciados por publicações sámi como *Ávvir* e *Ságat*. Mas também interagem em espaços menos formais, como festivais sámi, mercearias, salas de estar, casamentos, trilhos de montanha e bares. Os mundos sociais estão constantemente envolvidos numa “coreografia improvisada” (Clarke et al., 2018), na qual procuram ou respondem aos movimentos de outros mundos sociais. A secção que se segue ilustra alguns passos desta dança.

5. CONCLUSÕES E INTERPRETAÇÃO

5.1. O CONTEXTO DA COBERTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM SÁPMI

A codificação iterativa dos artigos noticiosos sobre violência sexual revela que a relutância em falar sobre violência sexual — ou, inversamente, o apelo a “quebrar o silêncio” — é o tópico mais frequente. Cada mundo social identificado neste estudo posiciona-se de forma distinta em relação ao “silêncio”. As arenas institucionais, como o Beavváš (o teatro nacional), a NRK Sápmi (a radiodifusão pública), a Universidade Sámi e alguns editoriais, assumem a posição retórica de que falar sobre a violência sexual é positivo e as vítimas (o mundo social dos sobreviventes de violência sexual) são “corajosas” ao fazê-lo. A violência sexual surge aqui como uma ameaça difusa à sociedade, algo contra o qual as vítimas devem “ousar falar”. Um mapa de posições desta retórica destaca vários pressupostos: primeiro, que os membros do mundo social dos sobreviventes não estão atualmente a “denunciar” as suas experiências; segundo, que o fazer é difícil; e, terceiro, que esta ação — e não mudanças nas políticas públicas ou decisões judiciais — garantirá a segurança de outras mulheres sámi.

No entanto, os artigos noticiosos também retratam o mundo social dos sobreviventes não tanto como relutantes em “denunciar”, mas sobretudo como sistematicamente confusos e desencorajados pela opacidade e falta de fiabilidade — ou pela simples inexistência — dos procedimentos de denúncia. Os sobreviventes são bloqueados em múltiplos contextos: um local de trabalho não desenvolveu rotinas para reportar assédio (Oskal, 2017); uma sobrevivente está insatisfeita com o processo disciplinar (Oskal, 2018a); uma mulher prefere esperar que o assediador saia (se reforme ou morra), em vez de o denunciar a superiores (Oskal, 2018b); os agressores permanecem anónimos em espaços online (Oskal, 2016); uma sobrevivente é informada de que “não é a primeira” e sente que o abuso continuará sem consequências (Boine & Gaup, 2018). Nas entrevistas realizadas para este estudo, jornalistas — muitos dos quais pertenciam não só às arenas institucionais, mas também ao mundo social dos sobreviventes — ecoaram estas frustrações.

Um mapa de posições (Clarke et al., 2018) indica que o mundo social dos acusados (alegados perpetradores e instituições que os protegem) poderia responder às acusações adotando uma retórica que minimiza o problema ou nega a sua existência. Contudo, os artigos mostram este mundo social a adotar uma posição intermédia, manifestando uma forma de desresponsabilização que espelha a do mundo social que os acusa de causar

dano. As notícias apresentam o alegado agressor sem ser responsabilizado, descrevendo-se como “intrigado” ou “confuso” com as acusações (Aslaksen, 2018); o assédio não é evidente ou visível para outras pessoas (Paulsen, 2018); autoridades, como agentes da polícia ou diretores de teatro, rejeitam responsabilidade (Bjørnback, 2018; Solaas, 2018). Desta forma, o mundo social dos acusados nega responsabilidade, sem contradizer explicitamente as arenas institucionais — todas elas maiores e mais poderosas do que os indivíduos que compõem este mundo social — que defendem que só surgiriam “bons resultados” se as sobreviventes de violência sexual “quebrassem o silêncio” sobre as suas experiências.

5.2. A COBERTURA DA VIOLÊNCIA SEXUAL EM SÁPMI

Os jornalistas identificaram a proximidade como um dos principais desafios nas suas experiências de cobertura da violência sexual. A dificuldade de trabalhar numa “comunidade pequena” foi referida 11 vezes em seis entrevistas, sendo descrita como um campo minado de preocupações éticas para o jornalista, enquanto profissional e enquanto membro da comunidade. Os jornalistas antecipavam que os mundos sociais se cruzariam com uma intimidade e frequência desconfortáveis durante o processo de reportagem e receavam que houvesse pouco espaço para as sobreviventes de violência sexual circularem dentro ou entre esses mundos. Tal como noutros sistemas de média indígenas (Hanusch, 2013), os jornalistas sámi desempenham frequentemente múltiplos papéis profissionais para além do seu trabalho nos média, pertencendo assim a uma vasta rede de mundos sociais. Os entrevistados relataram que, embora os editores tentassem evitar que os jornalistas trabalhassem em histórias que envolvessem pessoas a quem estivessem ligados, a proximidade interna de longa data das comunidades sámi tornava quase inevitável que surgisse — ou tivesse de ser considerada — alguma ligação laboral, social ou de parentesco. Por exemplo, a Participante 7 afirma:

a sociedade sámi é tão pequena que se uma pessoa é violada, mas, quando era mais nova, costumava ser uma rapariga um pouco selvagem, que gostava de festas... as pessoas sabiam disso e pensariam sempre nisso... a memória coletiva é infinita, até coisas que aconteceram há gerações. (entrevista, 2021)

Quando um mundo social reivindica poder — o que Clarke et al. (2018) designam por “bid” (investida) —, outros respondem. Na narração desta jornalista, um mundo social não identificado, “as pessoas”, nega a alegação da sobrevivente (a investida) devido à sua pertença anterior ao mundo social das “raparigas selvagens que gostam de festas”. Em linha com os “critérios internos” de Tuhiwai Smith (2012), a Participante 7 acrescenta que ela própria poderá ser culpabilizada se a situação tiver um desfecho negativo. Embora a jornalista saiba que as escolhas da vítima (ou as escolhas dos seus avós) não retirem relevância noticiosa à sua experiência, ela sente ter a obrigação de considerar este contexto na sua reportagem, para proteger a vítima e a si própria.

A este respeito, seis jornalistas descreveram uma experiência interna mais profunda e perturbadora ao reportar numa “comunidade pequena”: uma experiência que

abrangia emoção, cognição, sensação e identidade, codificada nas suas palavras como “demasiado próxima da sua experiência pessoal” e analisada através de um mapa situacional direcionado (Apêndice C, Figura C1). Estes participantes tiveram dificuldade em descrever a sensação de antecipar encontrar alguém sobre quem tinham escrito (ou um familiar dessa pessoa), num contexto não jornalístico. A Participante 2 afirma: “a relação que tens com estas pessoas vai ficar, como é que se diz, não — que sentes que a tua relação com essa pessoa está a tornar-se desconfortável... não sei como explicar isto” (entrevista, 2021). A análise indica que este desafio relevante, encontrado pelos entrevistados ao reportar sobre violência sexual, não pode ser adequadamente descrito por termos emocionais ocidentais como “medo”, “raiva”, “tristeza” ou “repulsa”. Em vez disso, a Participante 5 afirma: “eu sentia que, que tinha feito algo errado” (entrevista, 2021).

Os participantes não identificaram preocupações concretas sobre as consequências de o seu trabalho se tornar “demasiado próximo da sua experiência pessoal”, descrevendo os potenciais efeitos relacionais como “bastante difusos” e dizendo que “simplesmente [pensam] que seria difícil” (Participante 2, entrevista, 2021). As consequências para a experiência interna da jornalista, no entanto, podiam ser graves. A Participante 5 contou que “quando ficou demasiado próximo, isso foi um bocado o fim para mim. Tipo, a partir daí senti que já tinha tido o suficiente de jornalismo (...), foi isso que me fez perceber que já não queria fazer isto” (entrevista, 2021). Ela deixou a profissão.

O desconforto descrito como “demasiado próximo da experiência pessoal” pode ser interpretado como a fusão indesejada de dois mundos sociais aos quais se pertence, mas que, no entanto, estão em conflito. O membro da comunidade sámi é percebido como jornalista profissional fora do horário de trabalho. Contudo, ao relatarem outras experiências de abordagem enquanto jornalistas em contextos sociais, sem ligação à cobertura de violência sexual, ficou claro que o simples conflito de dois mundos por si só não causava mal-estar. Os participantes mostraram-se confiantes em desconsiderar tais abordagens. Como afirmou o Participante 9: “se eu for ao café ou ao bar depois do trabalho (...), se quiserem falar comigo (...) e tiverem queixas sobre isso, então, devem ligar-me na segunda-feira” (entrevista, 2021).

Talvez haja algo específico na cobertura da violência sexual que envolva um elemento de vergonha, não só para o acusado ou para a vítima, mas também para o jornalista. Os participantes deste estudo operam numa cultura que valoriza significativamente a inter-relação e a harmonia comunitária (Somby, 2016), bem como a privacidade (Bongo, 2012). Miller et al. (2017) apontam que culturas com tais valores coletivistas incutem códigos morais profundamente internalizados; aqueles que os violam sentem uma profunda sensação de vergonha, mesmo quando acreditam que esses códigos deveriam ser quebrados (Groot et al., 2021). Embora os jornalistas considerem que reportar sobre violência sexual é essencial, tal trabalho pode violar preceitos de outros mundos sociais, fundamentais para a sua identidade e sobrevivência.

Os participantes descreveram apoiar-se no seu mundo social profissional para gerir os desafios de uma comunidade pequena e a experiência de reportar estando “demasiado próximo da sua experiência pessoal”. Como explicou a Participante 1: “é um papel, o de jornalista. É um papel profissional que facilita as coisas. Podemos afastar-nos um

pouco” (entrevista, 2021). O Participante 6 afirmou que, com a habituação, a sensação de “demasiado próximo da sua experiência pessoal” tornou-se gerível: “vamos-nos habituando (...). Quando temos um trabalho, não é como se pudéssemos dizer, ‘ah, hoje não quero fazer isto, não me apetece’. Temos de o fazer” (entrevista, 2021).

5.3. DESAFIOS RELACIONAIS: AS HISTÓRIAS PERDIDAS DO JORNALISMO SÁMI

No contexto da cobertura da violência sexual em Sápmi, este trabalho jornalístico pode ser compreendido à luz das próprias experiências de violência sexual dos jornalistas sámi. Embora os entrevistados não tenham sido questionados diretamente sobre as suas experiências pessoais com violência sexual, decidiram partilhá-las. Os participantes podem ter sentido que tais revelações eram esperadas, uma vez que esta investigação era, alegadamente, conhecida em Guovdageaidnu como uma “tese sámi #MeToo”. A divulgação da violência sexual pode ter sido naturalmente adjacente ao tema da sua cobertura ou influenciada pela pergunta sobre se os participantes tinham sido alvo de assédio (uma questão originalmente destinada a identificar assédio online, que raramente foi relatado).

Cinco das seis participantes femininas relataram ter experienciado pessoalmente assédio sexual no decurso do seu trabalho como jornalistas. Os incidentes variaram desde abuso online e insinuações a avanços diretos, toque inadequado, intimidação física e uma história em segunda mão sobre uma tentativa de violação. Dos nove entrevistados, sete relataram 10 incidentes distintos de assédio relacionado com o trabalho (sete dos quais eram relatos em primeira pessoa), três ambientes de trabalho sexualmente abusivos e quatro incidentes de conduta profissional inadequada que recusaram rotular como assédio. Uma pessoa relatou ter observado discriminação laboral com base no género. Embora nem todas as experiências estejam explicitamente ligadas à cobertura da violência sexual, constituem partes significativas da experiência destes jornalistas e do quadro mais amplo do jornalismo sámi sobre violência sexual.

Alguns dos incidentes de assédio provinham do público ou dos leitores dos jornalistas. Dois jornalistas, por exemplo, foram alvo de assédio em resposta direta ao seu jornalismo sobre violência sexual, um fenómeno descrito por Reestorff (2019). Embora tenham considerado estas experiências desagradáveis, não as consideraram impactantes para si ou para o seu trabalho. No entanto, os jornalistas que partilharam as suas experiências de ambientes hostis nas redações sentiram impacto.

A Participante 1 trabalhou durante uma década em redações sámi, sendo alvo de assédio quase diário no início da sua carreira. Considerou particularmente problemático o assédio sexual proveniente de um ou dois dos funcionários seniores da redação, embora o sexismo estivesse generalizado numa cultura laboral que ela descreveu como “pouco amiga das mulheres” e “chauvinista”. No *julbord* (mesa de Natal, tradição norueguesa em contexto laboral e arena de vários incidentes mencionados pelos entrevistados), o seu editor entregava anualmente um porco de maço: o prémio “porco mais gorduroso” para o funcionário que contasse a piada mais obscena. A posição retórica deste prémio parece clara: a redação, enquanto arena e enquanto mundo social, não só aceita como recompensa o assédio de género.

Por outro lado, com a habituação sentida pelo Participante 6 em relação ao sentimento de “demasiado próximo da sua experiência pessoal”, o assédio sexual generalizado, especialmente quando não abordado, pode provocar sofrimento emocional grave e sintomas de ansiedade (Edwards, 2020). Alguns participantes relataram consequências a longo prazo de formas mais subtis de discriminação de género no trabalho. A Participante 4 afirma que “não sentia ter direito às suas próprias ideias” (entrevista, 2021) após ter sido alvo de ridicularização frequente, por vezes tratada como se fosse uma criança pequena. Considerou isso mais prejudicial para a sua perceção enquanto jornalista do que o episódio em que foi assediada sexualmente de forma física durante uma reportagem. Outros participantes mostraram-se mais cautelosos. O Participante 3 descreve colegas a fazerem piadas obscena à sua volta, mas que “provavelmente não lhes deu muita atenção” (entrevista, 2021).

Os jornalistas são, de várias formas, agentes de mudança. Nesta situação, criam os média que permitem a um sobrevivente contar a sua história, algo essencial para a mudança que as instituições sámi afirmam pretender. E, ao contrário do mundo social dos sobreviventes de violência sexual, o mundo profissional dos jornalistas sámi demonstrou pouca dúvida ou confusão sobre as formas corretas de responsabilizar os perpetradores. A menos que o sobrevivente seja uma pessoa vulnerável, os jornalistas afirmaram que uma história verificável ou processada em tribunal criminal deve ser divulgada. Mas, nos bastidores, eles enfrentam a mesma situação difícil que outros sobreviventes de violência sexual. O Participante 3 descreveu a única consequência profissional para um perpetrador de assédio sexual no trabalho, neste estudo: um homem que assediou o departamento de maquilhagem e cabelo não foi contratado para o trabalho para o qual fazia *casting*. A participante não acredita que o meio tenha explicado ao ator a razão de não lhe ter sido dado o papel, nem que alguém o tenha confrontado sobre o seu comportamento.

Os jornalistas que foram alvo de assédio sexual e discriminação no mundo social da sua redação descobriram que isso complicava as suas experiências internas ao reportar sobre violência sexual. A Participante 4 descreve como a hostilidade sentida na redação se refletiu no jornalismo produzido. Lembra-se de ter sido incentivada a reportar uma série de casos de abuso sexual de menores como um escândalo sexual e, agora, lamenta o tom da sua cobertura, dizendo: “às vezes oiço [o nome da sobrevivente] e... não é uma forma positiva de falar sobre uma jovem” (entrevista, 2021). Os entrevistados por vezes evitavam abordar histórias de violência sexual, por receio de se tornarem ainda mais visados na redação ou porque essas histórias não pareciam “piores” do que o que se passava internamente. Independentemente do seu apelo às vítimas de violência sexual para que “denunciem”, uma instituição que contrata e promove homens que assediam e menosprezam jornalistas está, de facto, a silenciá-las. Os jornalistas sofrem e perdem-se vozes, perspetivas e histórias importantes.

Participar nesta investigação pareceu levar alguns participantes a reformular as suas próprias experiências. Teve-se o cuidado de não impor rótulos externos, mas alguns participantes envolveram-se ativamente em recordar e reavaliar episódios passados como casos de assédio sexual. Outros mostraram relutância em classificar as suas experiências dessa forma. Isto poderá refletir a normalização de comportamentos de assédio,

a complexidade emocional dessas experiências ou diferentes definições de “assédio” no contexto cultural sámi. Este processo retrospectivo ocorre também noutros domínios. Ao recordar o “prémio do porco mais gorduroso”, a Participante 1 afirma: “voltámos a falar disto depois do #MeToo e chegámos simplesmente à conclusão de que aquilo não era, de todo, um ambiente de trabalho saudável” (entrevista, 2021).

6. CONCLUSÃO

A cobertura jornalística da violência sexual pode desencadear uma multiplicidade de experiências internas para os jornalistas sámi. Quando o trabalho de reportagem se torna “demasiado próximo da experiência pessoal”, estes profissionais enfrentam uma tensão interna difícil de nomear nos enquadramentos ocidentais de medo ou trauma, podendo tratar-se de uma forma de vergonha. Esta experiência é provavelmente moldada pela memória alargada, pelas expectativas comunitárias e pelas obrigações estratificadas da vida sámi.

A análise situacional oferece uma forma de interpretar as experiências de jornalistas indígenas como moldadas pela inter-relação complexa entre mundos sociais, em vez de pela psicologia individual. Conceitos como “tensão” e “ansiedade” (habitualmente entendidos como subcategorias do medo) não captariam totalmente o sentimento que os participantes tiveram dificuldade em transmitir-nos, enquanto observadores externos. Ao reconhecer que certas experiências ainda não podem ser plenamente expressas em inglês, torna-se possível — ainda que paradoxalmente — representar com maior precisão a diversidade das experiências dos participantes.

Esta abordagem ajuda também a expor a retórica ambivalente e as ações contraditórias de algumas instituições sámi, incluindo o sistema de média sámi. Embora os entrevistados tenham ocasionalmente relatado situações de assédio provenientes do exterior da redação, os fatores interpessoais mais dissuasores de escrever sobre violência sexual encontravam-se no próprio local de trabalho: culturas de redação onde o assédio sexual era tolerado, hierarquias de género profundamente enraizadas e mecanismos institucionais ineficazes ou inexistentes para lidar com abusos. Estas experiências originaram lutas internas prolongadas para alguns jornalistas sámi. Trata-se de um resultado importante que não fazia parte das perguntas iniciais da investigação, mas que o próprio processo permitiu identificar. Este resultado demonstra também a importância de uma análise flexível e centrada nos sujeitos no estudo dos sistemas de média indígenas.

Este estudo baseia-se na análise de 30 artigos noticiosos e apenas nove entrevistas, maioritariamente com jornalistas sámi noruegueses — uma amostra extremamente reduzida da comunidade transnacional de média sámi. Apesar do seu alcance limitado, o estudo aponta para lacunas existentes na literatura. É necessária uma exploração mais aprofundada e matizada das experiências de jornalistas indígenas que enfrentam assédio sexual no local de trabalho. É igualmente essencial compreender melhor como as histórias pessoais moldam a experiência do jornalismo, tanto para jornalistas maioritários como indígenas. Que tipos de apoio profissional, cultural ou terapêutico poderão ser necessários para estes profissionais? Como podem as suas experiências ser representadas

de forma mais rigorosa? Para responder a estas questões, poderá ser necessário ir além do trauma enquanto diagnóstico clínico e entendê-lo como parte de uma “coreografia improvisada” (Clarke et al., 2018), um elemento entre um conjunto de mundos sociais e discursos que se cruzam, sobrepõem e movem continuamente.

Pós-Edição de Tradução Automática: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Archetti, C. (2022). Researching experience in journalism: Theory, method, and creative practice. *Journalism Studies*, 23(8), 974–997. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2061576>
- Aslaksen, E. A. (2018, 30 de janeiro). *Slo alarm om seksuell trakassering i det samiske nasjonalteateret*. NRK Sápmi. <https://www.nrk.no/sapmi/slo-alarm-om-seksuell-trakassering-i-det-samiske-nasjonalteateret-1.13852583>
- Benedictis, S. D., Orgad, S., & Rottenberg, C. (2019). #Metoo, popular feminism and the news: A content analysis of UK newspaper coverage. *European Journal of Cultural Studies*, 22(5–6), 718–738. <https://doi.org/10.1177/1367549419856831>
- Bjørnback, J. H. (2018, 29 de novembro). — Opplevde meg selv som lite verdt etter overgrep. *Sáogat*. <https://www.sogat.no/oplevde-meg-selv-som-lite-verdt-etter-overgrep/19.14948>
- Boine, M., & Gaup, B. S. (2018, 31 de janeiro). *Seksuell trakassering hindrer henne ikke i å komme tilbake*. NRK Sápmi. <https://www.nrk.no/sapmi/sarakka-gaup-sier-hun-oplevde-seksuell-trakassering-pa-det-samiske-nasjonalteateret-1.13889545>
- Bongo, B. A. (2012). “Samer snakker ikke om helse og sykdom”: Samisk forståelseshorisont og kommunikasjon om helse og sykdom: En kvalitativ undersøkelse i samisk kultur [Tese de doutoramento, Universidade de Tromsø].
- Bowd, K. (2005). Country newspaper journalists’ perceptions of the influence of “localness” professional practice. *Australian Journalism Review*, 27(2), 105–117. <https://doi.org/10.3316/jelapa.200600388>
- Byrd, A. (2019, 31 de maio). *The Me Too movement in Indigenous communities*. COLORLINES. <https://www.colorlines.com/articles/read-me-too-movement-indigenous-communities>
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. SAGE.
- Císařová, L. W. (2017). *The voice of the locality*. Masarykova univerzita nakladatelství.
- Clarke, A. E., Friese, C., & Washburn, R. (2018). *Situational analysis: Grounded theory after the interpretive turn*. SAGE.
- Clough, P. T., & Halley, J. (Eds.). (2007). *The affective turn: Theorizing the social*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316pw>
- Cottle, S. (2000). Introduction: Media research and ethnic minorities: Mapping the field. In S. Cottle (Ed.), *Ethnic minorities and the media* (pp. 1–30). Open University Press.
- Deuze, M., & Glitsos, L. (2024). What journalism feels like: Considering the body of the journalist. *Journalism and Media*, 5(4), 1851–1865. <https://doi.org/10.3390/journalmedia5040112>
- Edwards, L. (2020). *Public sexual harassment and its effects on perception of safety and cognitive hypervigilance* [Tese de doutoramento, University of Chicago].

- Eriksen, A. M. A., Hansen, K. L., Javo, C., & Schei, B. (2015). Emotional, physical and sexual violence among Sami and non-Sami populations in Norway: The SAMINOR 2 questionnaire study. *Scandinavian Journal of Public Health*, 43(6), 588–596. <https://doi.org/10.1177/1403494815585936>
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1980). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Aldine.
- Gonzalez, R. A. (2020). Journalism in violent times: Mexican journalists' responses to threats and aggressions. In S. Jamil (Ed.), *Handbook of research on combating threats to media freedom and journalist safety* (pp. 278–297). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-1298-2.ch015>
- Gowland, R., & Halcrow, S. (Eds.). (2019). *The mother-infant nexus in anthropology: Small beginnings, significant outcomes*. Springer Nature.
- Groot, M. de, Schaafsma, J., Castelain, T., Malinowska, K., Mann, L., Ohtsubo, Y., Wulandari, M. T. A., Bataineh, R. F., Fry, D. P., Goudbeek, M., & Suryani, A. (2021). Group-based shame, guilt, and regret across cultures. *European Journal of Social Psychology*, 51(7), 1198–1212. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2808>
- Han, K.-H. (2016). The feeling of “face” in Confucian society: From a perspective of psychosocial equilibrium. *Frontiers in Psychology*, 7, Artigo 1055. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01055>
- Hanusch, F. (2013). Charting a theoretical framework for examining Indigenous journalism culture. *Media International Australia*, 149(1), 82–91. <https://doi.org/10.1177/1329878X1314900110>
- Hartley, J. M., & Askanius, T. (2020). Activist-journalism and the norm of objectivity: Role performance in the reporting of the #MeToo movement in Denmark and Sweden. *Journalism Practice*, 15, 860–877. <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1805792>
- Hatfield, E., Cacioppo, J. T., & Rapson, R. L. (1992). Primitive emotional contagion. In M. S. Clarke (Ed.), *Emotion and social behavior* (pp. 151–177). SAGE.
- Hewa, N. (2024). *“You have to feed the beast”: Sexual violence news coverage in the digital age* [Tese de doutoramento, University of Toronto].
- Hochschild, A. R. (1979). Emotion work, feeling rules, and social structure. *The American Journal of Sociology*, 85(3), 551–575.
- Hu, Y. (2023). How media resources and power relations define critical reporting in China: A longitudinal analysis of the Beijing news' corruption coverage between 2004 and 2018. *Journalism Studies*, 24(11), 1377–1397. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2023.2216789>
- Ijäs, A. J. (2012). *Samer i to norske nyhetsmedier: En undersøkelse av saker med samisk hovedfokus i Nordlys og Dagsrevyen i perioden 1970-2000*. Sámi Instituhtta.
- Jensen, E. M. (2019). *Diasporic Indigeneity and storytelling across media: A case study of narratives of early twentieth century Sámi immigrant women* [Tese de doutoramento, Arctic University of Norway]. Norwegian Research Information Repository. <https://munin.uit.no/handle/10037/15353>
- Kae, S. (2023, 30 de outubro). *Why boundaries are important for Indigenous people in the workplace*. CBC News. <https://www.cbc.ca/news/indigenous/indigenous-workplace-boundaries-1.7007346>
- Kikutani, M., Ikemoto, M., Park, E.-J., & Rogers, K. (2024). Cognitive and behavioral variations within the collectivistic cultural sphere: Comparing Japanese and Koreans' other views and the influence on emotion processing. *Online Readings in Psychology and Culture*, 4(2), Artigo 4. <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1197>
- Kotišová, J. (2019). The elephant in the newsroom: Current research on journalism and emotion. *Sociology Compass*, 13(5), Artigo e12677. <https://doi.org/10.1111/soc4.12677>

- Kotišov, J. (2025). Journalism and embodied knowledge: Conceptualizing affective epistemology and epistemic affordances of emotions and affect across news beats. *Journalism Studies*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2025.2495726>
- Kunst, J. R., Bailey, A., Prendergast, C., & Gundersen, A. (2018). Sexism, rape myths and feminist identification explain gender differences in attitudes toward the #metoo social media campaign in two countries. *Media Psychology*, 22(5), 818–843. <https://doi.org/10.1080/15213269.2018.1532300>
- Kuokkanen, R. (2015). Gendered violence and politics in Indigenous communities. *International Feminist Journal of Politics*, 17(2), 271–288. <https://doi.org/10.1080/14616742.2014.901816>
- Markelin, L., & Husband, C. (2013). Contemporary dynamics of Sámi media in the Nordic states. *Media International Australia*, 149(1), 70–81. <https://doi.org/10.1177/1329878X1314900109>
- Meijer, I. C. (2019). Journalism, audiences, and news experience. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (pp. 389–405). Routledge.
- Mellado, C., & Mothes, C. (2020). Measuring the link between professional role conceptions, perceived role enactment, and journalistic role performance across countries. In C. Mellado (Ed.), *Beyond journalistic norms: Role performance and news in comparative perspective* (pp. 147–166). Routledge.
- Miller, J. G., Goyal, N., & Wice, M. (2017). A cultural psychology of agency: Morality, motivation, and reciprocity. *Perspectives on Psychological Science*, 12(5), 867–875. <https://doi.org/10.1177/1745691617706099>
- Mutsvaio, B., Borges-Rey, E., Bebawi, S., Márquez-Ramírez, M., Mellado, C., Mabweazara, H. M., Demeter, M., Głowacki, M., Badr, H., & Thussu, D. (2021). Ontologies of journalism in the Global South. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 98(4), 996–1016. <https://doi.org/10.1177/10776990211048883>
- Nordlund, E., & Algurn, V. (2020). *Nya tider efter #metoo En kvalitativ textanalys av hur Aftonbladet frndrat sitt fokus efter #metoo* [Dissertao de mestrado, Karlstad University].
- Oskal, S. M. R. (2016, 18 de novembro). Govat ledje govvejuvvon feasttain, go leat bihkka grremiin, ja go leat seanggas muhtun nieiddain. *vvir*. <https://www.avvir.no/govat-ledje-govvejuvvon-feasttain-go-leat-bihkka-garremiin-ja-go-leat-seanggas-muhtun-nieiddain/>
- Oskal, S. M. R. (2017, 22 de novembro). DUŠŠE NRK’S RUTIINNAT hbmejuvvon seksulalaš loaavkašuhhtima vrs. *vvir*.
- Oskal, S. M. R. (2018a, 10 de janeiro) Vsihii seksula loaavkašuhhtima Beaivvzis: – Lean suhttan sidjiide geat leat fpmosajdagain. *vvir*. <https://www.avvir.no/vasihii-seksuala-loavkasuhhtima-beaivvazis-lean-suhttan-sidjiide-geat-leat-fapmosajadagain/>
- Oskal, S. M. R. (2018b, 13 de janeiro). Hliidan tehtera TNUT NDAGASSII. *vvir*.
- Parkinson, B. (1996). Emotions are social. *British Journal of Psychology*, 87(4), 663–683. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1996.tb02615.x>
- Patrick, R., McLaughlin, J., King-Smith, L., Schultz, T., Thomson, T., & Dezuanni, M. (2024). Unlearning journalism through decolonising, Indigenous approaches. *Journalism*. Publicao online antecipada. <https://doi.org/10.1177/14648849241305363>
- Paulsen, S. P. (2018, 31 de janeiro). *Politikerne skjnte ikke at de snakket om seksuell trakassering*. NRK Spmi. <https://www.nrk.no/sapmi/politikerne-skjonte-ikke-at-de-snakket-om-seksuell-trakassering-1.13882632>
- Plaut, S. (2014). Nation-building, not “Resistance Radio”: Self determination, the State, & Saami media. *Nordicom Review*, 35(1), 81–97. <https://doi.org/10.2478/nor-2014-0006>

- Reestorff, C. M. (2019). Affective politics and involuntary autoethnography: Backlashes against #MeToo. *Capacious. Journal for Emerging Affect Inquiry*, 1(4), ii–xix. <https://doi.org/10.22387/CAP2019.32>
- Rentschler, C. A. (2010). Trauma training and the reparative work of journalism. *Cultural Studies*, 24(4), 447–477. <https://doi.org/10.1080/09502380903215275>
- Risbakken, K. (2018). “Råd for å unngå voldtekt”: Voldtekt smyter i norske aviser—En kvantitativ innholdsanalyse av norsk presses fremstilling av voldtektssaker [Dissertação de mestrado, University of Oslo].
- Skogerbø, E. (2001). Sami media—Identity projects in a changing society. In K. Ross & P. Playdon (Eds.), *Black marks: Minority ethnic audiences and media* (pp. 157–175). Routledge.
- Solaas, S. (2018, 20 de junho). Ikke ferdig med seksuell trakassering. *Sågat*. <https://www.sagat.no/ikke-ferdig-med-seksuell-trakassering/19.12940>
- Somby, L. I. (2016). *Mus lea ollu muitalit, muhto dus lea nu unnán áigi* [Dissertação de mestrado, Sámi Allaskuvla].
- Stoor, J. P. A., Berntsen, G., Hjelmeland, H., & Silviken, A. (2019). ‘If you do not birget [manage] then you don’t belong here’: A qualitative focus group study on the cultural meanings of suicide among Indigenous Sámi in arctic Norway. *International Journal of Circumpolar Health*, 78(1), Artigo 1565861. <https://doi.org/10.1080/22423982.2019.1565861>
- Storøy Elnan, T. (2019). *After #MeToo: How the campaign changed the way Norwegian journalists write about rape*. Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Swahnberg, I. M. K., & Wijma, B. (2003). The NorVold Abuse Questionnaire (NorAQ): Validation of new measures of emotional, physical, and sexual abuse, and abuse in the health care system among women. *European Journal of Public Health*, 13(4), 361–366. <https://doi.org/10.1093/eurpub/13.4.361>
- Thomas, A. (2024). ‘We cracked a hole in this very white structure’: Indigenous journalism practices in mainstream Australian news organisations. *Media, Culture & Society*, 46(8), 1657–1673. <https://doi.org/10.1177/01634437241270952>
- Tuhiwai Smith, L. (2012). *Decolonizing methodologies*. Zed Books.
- Türkarslan, K. K., & Kozak, E. D. (2025). Exploring the evil eye beliefs: A quantitative study. *Spiritual Psychology and Counseling*, 10(2), 313–328. <https://doi.org/10.37898/spiritualpc.1587623>
- van Rjiswijk, H. (2020). #MeToo under colonialism: Conceptualising responsibility for sexual violence in Australia. *Journal of Perpetrator Research*, 3(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.21039/jpr.3.1.62>
- Vedvik, S. (2022). *Media coverage of the metoo movement: Investigating differences across national contexts* [Dissertação de mestrado, Norwegian University of Science and Technology]. Norwegian Research Information Repository. <https://hdl.handle.net/11250/3021086>
- Wahl-Jorgensen, K. (2020). An emotional turn in journalism studies? *Digital Journalism*, 8(2), 175–194. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1697626>

APÊNDICE A

Criado no início do processo de investigação (março de 2020), este “mapa situacional confuso” (Figura A1; Clarke et al., 2018) lista e organiza tematicamente os elementos e discursos que se acredita estarem em jogo no contexto da cobertura jornalística da violência sexual em Sápmi.

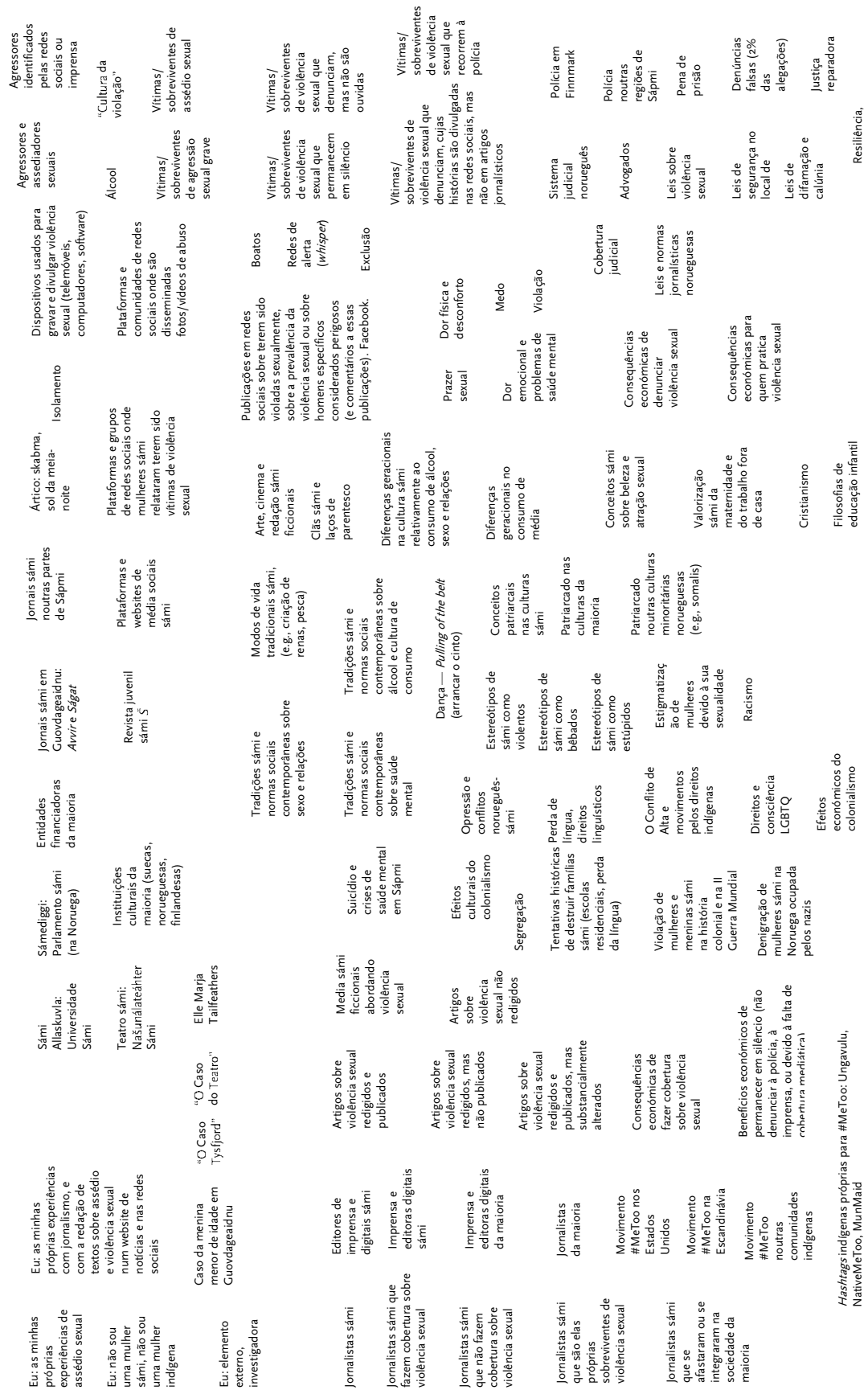


Figura A1. Mapa situacional confuso

APÊNDICE B

Este “mapa de localização” (Figura B1; Clarke et al., 2018) organiza esquematicamente algumas das complexidades da retórica de “ousar falar” ou “denunciar” a violência sexual, um dos códigos temáticos mais recorrentes a emergir dos artigos jornalísticos.

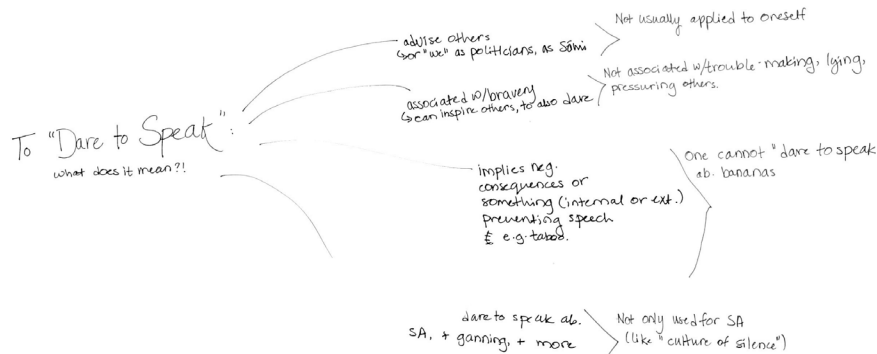


Figura B1. Mapa de localização da retórica da “denúncia” da violência sexual

Nota. Tradução: “Ousar falar”: o que significa?!: (a) aconselhar os outros ou “nós” enquanto políticos, enquanto sámi — normalmente não aplicado a nós próprios; (b) associado a coragem: pode inspirar outros a também ousarem — não associado a causar problemas, mentir, pressionar outros; (c) implica consequências negativas ou algo (interno ou externo) que impede a fala, por exemplo, tabu — não se pode “ousar falar” sobre bananas; (d) ousar falar sobre SA + ganhar + mais — não usado apenas para SA (como “cultura de silêncio”).

APÊNDICE C

Este “mapa situacional direcionado” (Figura C1; Clarke et al., 2018) representa uma tentativa de compreender os sentimentos de apreensão dos participantes na cobertura de histórias de violência sexual percebidas como “demasiado próximas da experiência pessoal”.

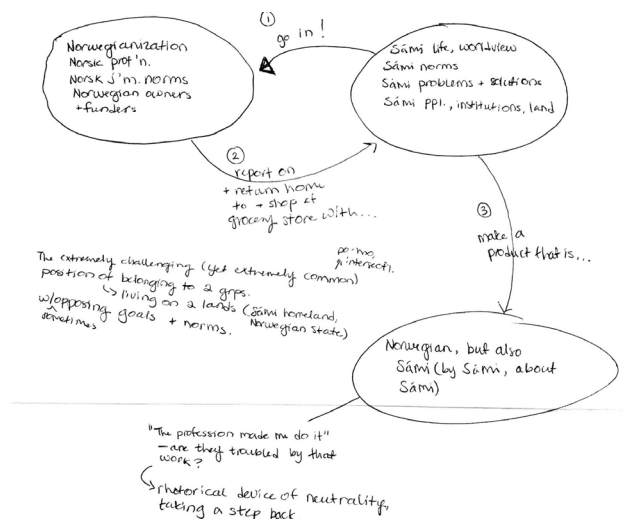


Figura C1. Mapa situacional direcionado, “perto demais da experiência pessoal”

Nota. Tradução: “Norueguização, profissionais noruegueses, normas norueguesas, donos noruegueses + financiadores — entrar!/(2) reportar sobre + regressar a casa para — parar no supermercado com... — vida e visão do mundo sámi, normas sámi, problemas + soluções sámi, povo, instituições, território sámi — (3) fazer um produto que seja... — norueguês, mas também sámi (por sámi, sobre sámi) — “a profissão obrigou-me a fazê-lo”: sentem-se perturbados por esse trabalho? — dispositivo retórico de neutralidade, dando um passo atrás. “A posição extremamente desafiante (ainda que extremamente comum) de pertencer a dois grupos. Viver em duas terras (a terra sámi e o estado norueguês) com objetivos e normas por vezes opostos”.

NOTA BIOGRÁFICA

Svea Vikander é investigadora e produtora de média, especializada em trauma psicológico e narrativa. O seu trabalho de doutoramento sobre a segurança dos jornalistas na Universidade do País Basco (Espanha) é influenciado pela sua formação académica em Psicologia (mestrado, 2015) e em Estudos de Jornalismo Indígena (mestrado, 2020). É membro do grupo de investigação AI and Journalism Resource Centre do OsloMet, onde explora de que forma a inteligência artificial influencia os média, particularmente no jornalismo de investigação.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3779-1437>

Email: svea@sveavikander.com

Morada: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, Barrio Sarriena s/n, 48940 Leioa Bizkaia

Submetido: 31/03/2025 | Aceite: 09/12/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.